

GT71: Retomadas e autodemarcações de terras indígenas: processos de luta, memória e ritual

Jurema Machado, Daniela Alarcon

Na acepção guarani kaiowá, jeike jey significa entrar, ocupar, enfrentar, afrontar; trata-se da designação utilizada por esse povo para classificar seus processos de recuperação territorial (Benites, 2014). Assim como os Guarani Kaiowá, indígenas de todo o país têm levado a cabo intrincadas estratégias de luta pela terra. A proposta deste GT é reunir trabalhos que discutam retomadas de terras e autodemarcações como ações de enfrentamento ao esbulho. A partir de nossas pesquisas e de trabalhos de outros antropólogos, observamos como esses processos se revestem de complexidades que ultrapassam análises instrumentais, que veem na ocupação do território o fim último. As mobilizações para recuperação territorial engendram o retorno de pessoas e encantados, articulações entre famílias extensas, complexos rituais, reavivamento de memórias e novos arranjos na organização social. A maneira como os povos têm refletido sobre seus processos históricos e cosmológicos também está pautada na luta pela terra. Assim, delinea-se um novo desafio para a antropologia: como pensar a conceituação desses processos sem deixar de considerar as particularidades de cada contexto? Acreditamos que a boa descrição etnográfica é o caminho mais potente para a não homogeneização e, por isso, priorizaremos trabalhos pautados em etnografia.

Povos indígenas em retomada no Maranhão: estratégias de mobilização, visibilidade e reconhecimento.

Autoria: Daisy Damasceno Araújo, Ana Caroline Amorim Oliveira

Os Akroá Gamella, Anapuru Muypurá, Kariú-Kariri, Tremembé da Raposa, Tremembé do Engenho e Tupinambá, localizados no estado do Maranhão, são povos indígenas que estão em processo de retomada ou levante, traçando estratégias de luta pela garantia de direitos e pela demarcação de seus territórios, usurpados ao longo do violento processo de colonização, ainda em andamento (OLIVEIRA, 2020). A demanda por reconhecimento tem levado esses povos a um processo protagonizado e denominado por eles de retomada ou levante, um tipo de ação política que busca por direitos territoriais, identitários e pelo acesso à justiça como um todo, baseados na reprodução específica de seus modos de vida, caracterizada pela retomada de seus territórios e pela visibilidade de sua (r)existência, historicamente silenciada. Para além da luta pela demarcação de seus territórios, existe um processo contínuo de acesso à justiça, uma luta por direitos coletivos indígenas, como educação e saúde. Nesse processo contínuo de (r)existência, os povos têm traçado uma pedagogia própria para se reafirmar tanto culturalmente quanto territorialmente, frente à sociedade não indígena e suas instituições que, também em processo contínuo, traçam estratégias de negação e contestação da existência e da indianidade dos povos. No contexto da pandemia da Covid-19, esses povos sofreram mais uma violência: a falta de atendimento à saúde de forma específica pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), através do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/MA), que se deu tanto no contexto do atendimento aos casos da Covid-19 quanto durante a vacinação, iniciada no início do ano de 2021. A justificativa dada pelo órgão de saúde indígena era a de que estes são povos ?não aldeados? e, enquanto tais, deveriam ser atendidos pelos municípios na rede SUS, de acordo com o Plano de Contingência da SESAI divulgado em março de 2020. Os resultados da pesquisa que apresentamos nesta pesquisa foram desenvolvidos pelo coletivo Mururu, na execução do Projeto Rede (CO)Vida de Mapeamento da Covid-19 entre Povos Indígenas no Maranhão, do qual as duas autoras fazem parte. Desta forma, o presente trabalho busca refletir acerca das estratégias de mobilizações, visibilidade e reconhecimento

traçadas pelos povos em retomada/levante no Maranhão, que tem ganhado força desde o início da pandemia da Covid-19, envolvendo a situação sanitária destes povos e suas constantes mobilizações. Buscamos refletir, ainda, sobre como as dinâmicas das ações traçadas por eles, no processo de interlocução com as instâncias públicas (estadual e federal) foram fundamentais para a garantia de direitos.

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

